

PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FAUSTINO DE ALBUQUERQUE SOBRINHO (*)

I — ANTECEDENTES

Importância da Economia Rural na Região

A agricultura ocupa posição dominante entre as atividades econômicas do Nordeste, tanto no que diz respeito à formação da renda como na ocupação dos recursos, especialmente os de mão-de-obra.

A exportação de produtos agropecuários destinados a outras regiões do País e o exterior constitui uma das principais atividades de comércio na região.

Ademais, o setor industrial e o de serviços dependem, no Nordeste, do desenvolvimento a agricultura, pois grande parte do seu parque manufatureiro utiliza matéria-prima proveniente do setor primário.

O desenvolvimento regional depende, portanto, de mudanças que possam ser introduzidas na agricultura, tanto no ponto de vista técnico como do econômico.

Assim, é de se presumir uma crescente demanda de pessoal técnico qualificado no campo da Economia Rural, especialmente quando se pensa em dinamização dos programas regionais de desenvolvimento em execução e nos que, de futuro, deverão ser implantados.

Ensino e Pesquisa da Economia Rural no Nordeste

A evolução do ensino e da pesquisa no campo da Economia Rural, na Região, pode ser dividida em duas fases, tendo como marco de separação o ano de 1955.

(*) Professor da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Ceará e Chefe do Departamento de Economia Agrícola.

Antes de atingida a metade da década de 50, o ensino da Economia Rural resumia-se aos programas lecionados nas Escolas de Agronomia, cujo conteúdo não oferecia possibilidade de treinamento adequado. A pesquisa era apenas uma necessidade sentida por muito poucos.

A partir de 1955, o Nordeste, sob a ação benéfica e estimulante de uma nova política governamental, passou a ter os seus problemas encarados dentro de prismas desenvolvimentistas.

O Banco do Nordeste, em decorrência de suas necessidades operacionais e de pesquisa visando ao desenvolvimento, lançou-se a programas de treinamento de pessoal técnico em várias áreas de especialização, principalmente no campo da Economia Rural. Esse esforço, de certo modo, veio despertar a sensibilidade de outros órgãos regionais para a necessidade de aumentar as disponibilidades de recursos humanos especializados.

Paralelamente à ação o Banco do Nordeste, as universidades regionais passaram a se preocupar com a atualização dos seus programas de ensino e a incentivar a pesquisa, dando maior ênfase às atividades compreendidas nas áreas de economia e de administração de empresas.

A Universidade Federal do Ceará, em convênios com entidades nacionais e internacionais, instalou vários programas, voltados não só para o aprimoramento do pessoal docente e docente, mas, também, para treinamento especializado de empresários e técnicos de outras instituições. Assim, é que foram criados o "Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico" (CETREDE) ⁽¹⁾, o "Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste" (CAEN) ⁽²⁾, o "Programa de Desenvolvimento Industrial" (PUDINE) ⁽³⁾, o "Programa de Educação Agrícola" (PEA) ⁽⁴⁾ e, mais recentemente, o Programa de Treinamento em Economia Rural.

Com a execução das atividades do Programa de Educação Agrícola e do Programa de Treinamento em Economia Rural, pôde a Escola de Agronomia criar condições neces-

(1) Convênio entre a Universidade Federal do Ceará, a Organização dos Estados Americanos e o Banco do Nordeste do Brasil S.A.

(2) Convênio entre a Universidade Federal do Ceará e a Fundação FORD.

(3) Convênio entre a Universidade Federal do Ceará e a SUDENE.

(4) Convênio MEC/USAID/SUDENE/UFC.

sárias à melhoria do ensino e à dinamização da pesquisa em diversas áreas, incluindo a de Economia Rural. No que tange a esta, podem ser destacadas as seguintes iniciativas:

- a) treinamento ao nível de Mestrado de seis docentes do Departamento de Economia Agrícola, no exterior e no sul do País;
- b) funcionamento desde 1966 de um programa de educação em extensão, através da realização de cursos intensivos sobre assuntos de Economia Rural para técnicos procedentes dos vários Estados do Nordeste;
- c) diversificação e atualização dos programas das disciplinas de Economia Rural da Escola de Agronomia da UFC, o que ocorreu também ao mesmo tempo em diversas outras Escola de Agronomia do sul do País.

Não obstante o esforço até agora feito por esta e outras instituições envolvidas em programas de treinamento em Economia Rural, a oferta de profissionais qualificados ao nível de pós-graduação em sentido restrito (Mestrado ou Doutorado) é ainda muito pequena para atender a demanda regional. Os profissionais com o grau de Mestre pertencem exclusivamente ao Banco do Nordeste e à Universidade Federal do Ceará, os quais foram treinados no sul do País ou no exterior, acarretando custos altos que quase sempre não têm suporte adequado da parte da maioria dos organismos em atuação no Nordeste.

Em face do exposto, parece que prevalecendo a situação atual, dificilmente poder-se-á pensar em satisfazer os reclamos regionais somente através dos cursos existentes fora da região, os quais — é oportuno destacar — não se desenvolvem com o interesse de dar relevo aos problemas da área nordestina.

II — PROGRAMA DE TREINAMENTO EM ECONOMIA RURAL

Conscientes dos problemas apontados, a Universidade Federal do Ceará, o Banco do Nordeste do Brasil e a Fundação "Ford" firmaram, em dezembro de 1969, convênio que estabelece um Programa de Treinamento em Economia Rural, para execução em duas etapas.

A primeira, realizada no ano passado, constou das seguintes atividades:

- a) realização de dois cursos de especialização em Economia Rural, como atividade preparatória a implantação do curso de Pós-Graduação nessa especialidade;
- b) treinamento no exterior de dois professores a nível de Mestrado e um a nível de Doutor;
- c) aquisição de equipamentos e material bibliográfico especializado.

A segunda etapa, em andamento no presente exercício deverá compreender:

- a) credenciamento e início de funcionamento do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, destinado a conferir o grau de "Magister Scientiae";
- b) treinamento no exterior de três professores a nível de Doutorado e um a nível de Mestrado;
- c) ampliação do acervo bibliográfico especializado.

O primeiro curso de especialização foi realizado no período de 3 de março a 26 de junho de 1970, dele tendo participado 14 técnicos de nível superior, provenientes de 4 Estados.

O segundo curso abrangeu o período de 12 de agosto a 12 de dezembro de 1970 e contou com a participação de 18 técnicos de nível superior, oriundos de 6 Estados do Nordeste.

O Programa está vinculado à Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, tendo como núcleo administrativo seu Departamento de Economia Agrícola.

III — CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

Para dar continuidade ao Programa de Treinamento de que se trata, já aprovado pelos órgãos colegiados da Universidade Federal do Ceará e em tramitação no Conselho Federal de Educação, propõe-se, no presente documento, a instalação do Curso de Pós-Graduação, destinado a conferir o grau de "Magister Scientiae" na área de Economia Rural.

A presente proposta está em concordância com o que dispõem a Lei n.º 5.540, de 28-11-68, os pareceres 977/65 e 77/69 do Conselho Federal de Educação e o artigo 57 do Estatuto da UFC em vigor, conforme se poderá ver a seguir.

Organização e Regime Didático-Científico

O programa de estudos proposto para o Curso de Pós-Graduação em Economia Rural objetiva o enriquecimento da competência científica e profissional de professores, pesquisadores, assessores e formuladores de programas e políticas econômicas para o desenvolvimento da agricultura, incluindo:

- matérias de domínio conexo — disciplinas indispensáveis à formação básica do treinando;
- matérias da área de concentração — disciplinas optativas, isto é, que poderão ser oferecidas à escolha do candidato, segundo a sua formação e área de interesse profissional;
- elaboração e defesa de tese que materialize a aplicação dos conceitos e técnicas utilizados no curso.

Requisitos necessários para a obtenção do grau de “Magister Scientiae”

Para a obtenção do grau de “Magister Scientiae” o candidato regularmente matriculado terá que satisfazer os seguintes requisitos:

- a) preencher os pré-requisitos quanto ao regular domínio da língua inglesa e quanto ao nível de conhecimentos exigidos em Matemática, Estatística e Economia;
- b) frequentar o mínimo de dois semestres como estudante residente;
- c) alcançar o percentual de assiduidade estabelecido para todas as atividades curriculares;
- d) participar obrigatoriamente de programa semestral e/ou inter-semestral de seminários;
- e) completar, no mínimo 24 créditos, dos quais 15 devem ser obtidos nas matérias de domínio conexo;

- f) planificar, elaborar e defender tese sobre assunto da área de concentração de estudos de candidato, a juízo do Comitê de Tese.

No início ou no final da Unidade letiva 1, o candidato deverá submeter-se a exame de conhecimentos da língua inglesa, no que concerne à capacidade de ler naquele idioma.

O julgamento de capacitação nos campos de Matemática, Estatística e Economia caberá ao Conselho de Curso e será feito pelo exame do “curriculum vitae”, acompanhado, este, do conteúdo das disciplinas cursadas ao nível de graduação ou de especialização.

A assiduidade será obtida pela frequência não inferior a 90% a cada uma das atividades curriculares programadas para o candidato.

O programa de seminários abrangerá o número de 15, realizados em um só semestre, à razão de um por semana. Excepcionalmente, poderão ser distribuídos num só período intersemestral, ou ainda, numa combinação de períodos semestral e intersemestral, contanto que seja atingido o número de 15.

Os créditos serão computados nas seguintes bases:

- 15 (quinze) horas de aulas teóricas = 1 crédito
- 15 (quinze) aulas teórico-práticas, com duração de duas horas = 1 (um) crédito
- 15 (quinze) seminários, cada um de duração superior a uma hora = 1 (um) crédito.

A unidade letiva compreenderá um período ininterrupto de 15 (quinze) semanas. A sub-unidade letiva terá duração variável de 5 a 8 semanas.

Cada estudante, sob a orientação de um professor, deverá elaborar um projeto de tese que será por ele executada e defendida perante o Comitê de Tese. Caso ele logre aprovação, ser-lhe-á atribuído número de créditos variável de 3 a 6 de acordo com o julgamento do Comitê.

Como exigência complementar, o candidato exporá, em seminário, o assunto da tese, obrigando-se, ainda, a dar-lhe forma de artigo, a ser publicado em periódico credenciado pela Escola de Agronomia.

Duração do Curso

O preenchimento de todos os requisitos para a obtenção de grau de "Magister Scientiae" somente poderá ser alcançado no prazo mínimo de 18 meses, cumprindo-se um calendário escolar em que as atividades curriculares se desenvolverão em unidades e subunidades letivas, assim distribuídas:

- Unidade Letiva 1 — Março a junho ou agosto a novembro
- Subunidade 1 — Julho a agosto ou janeiro a março
- Unidade Letiva 2 — Agosto a novembro ou março a junho
- Subunidade 2 — Janeiro a março ou julho a agosto
- Unidade Letiva 3 — Março a junho ou agosto a novembro

Curriculo

O curriculo compreenderá disciplinas ministradas sob a forma de curso monográfico, classificadas como regulares ou complementares, de domínio conexo ou da área de concentração, obrigatórias ou optativas, a seguir relacionadas, com os respectivos créditos:

1) Disciplinas Regulares

a) de domínio conexo

Ag. 1100.0	Estatística Aplicada à Economia	3cr.
1101.0	Metodologia de Pesquisa	3cr.
1102.0	Teoria Microeconômica	3cr.
1103.0	Teoria Macroeconômica	3cr.

b) da área de concentração

Ag. 1110.0	Economia da Produção	3cr.
1120.E	Administração Rural	3cr.
1130.E	Comercialização dos Produtos Agro-pecuários	3cr.
1140.E	Análise de Preços de Produtos Agro-pecuários	2cr.
1150.E	Política Econômica para a Agricultura	2cr.

1160.E	Sociologia Rural (Inovações) Tecnológicas na Agricultura)	3cr.
1170.E	Economia dos Recursos Natu- rais	2cr.
2)	Disciplinas complementares	
	Crédito Rural	2cr.
	Elaboração e Avaliação de Projetos Agro- Pecuários	2cr.
	Desenvolvimento Econômico	2cr.
	Comunicação	2cr.
	Planejamento Agrícola	2cr.
	Econometria	2cr.
	Técnicos e Métodos de Trabalho em Exten- são	2cr.
	Comércio Internacional	2cr.

Será elaborado, para aprovação do Conselho de Curso, um plano de estudo para cada pós-graduado, sob a supervisão do Professor Orientador, do qual deverão constar as disciplinas obrigatórias (as de domínio conexo) e tantas optativas quantas necessárias à obtenção do mínimo de créditos estabelecido, além do programa de seminários e das atividades de tese.

Para o período de 1971/72 serão oferecidas as seguintes alternativas:

PÉRIODO	DISCIPLINAS	CRÉDITOS N.º (Total p/ pe- ríodo e para estu- dante)
1.º-Ago./Nov. 71	— Ag. 1100.0 Estatística Aplica- da à Economia	3
	— Ag. 1102.0 Teoria Microeco- nômica	3
	— Ag. 1101.0 Metodologia de Pesquisa	3
	— Ag. 1130.E Comercialização dos Produtos Agro- pecuários	1
	— Seminários	1 12
		—

PÉRIODO	DISCIPLINAS	CRÉDITOS N.º (Total p/ pe- riodo e para estu- dante)
2.º-Jan./Fev. 72	— Ag. 1152.E Desenvolvimento Econômico	2
	— Ag. 1111.E Econometria	2
	— Ag. .E Comunicação	2
	— Ag. 1150.E Política Econômi- ca para a Agricul- tura	2
	— Elaboração de Projeto de Pes- quisa	2
3.º-Mar./Jun. 72	— Ag. 1103.0 Teoria Macroeco- nômica	3
	— Ag. 1110.E Economia da Pro- dução	3
	— Ag. 1140.E Análise de Preços de Produtos Agro- pecuários	2
	— Ag. 1120.E Administração Ru- ral	3
	— Ag. 1160.E Sociologia Rural (Inovações Tecno- lógicas na Agricul- tura)	3 (11 ou 12)
4.º-Ago./Nov. 72	— Elaboração e defesa de Tese	6 6

Verificação de aprendizagem

A verificação de aprendizagem será feita, em cada disciplina, por meio de exames e trabalhos individuais, a critério do professor, não limitados quanto ao número ou método de avaliação.

No final de cada unidade ou subunidade letiva, com base nas verificações feitas, será conferido ao estudante, pelo professor, um conceito dentro da seguinte escala:

- Excelente = A = 1 — Entre 91 e 100% de 10 ou múltiplo de 10 (dez)
- Bom = B = 2 — Entre 80 e 90% de 10 ou múltiplo de 10 (dez)

Regular = C = 3 — Entre 70 e 79% de 10 ou múltiplo de 10 (dez)

Insuficiente = D = 4 — Abaixo de 70% de 10 ou múltiplo de 10 (dez)

Para cada disciplina o estudante deverá obter, no mínimo, conceito C ou a média, em termos numéricos, igual ou inferior a 3 (três). Para aprovação final deverá alcançar pelo menos o conceito B ou média, em termos numéricos, igual ou inferior a 2 (dois).

Aos seminários serão atribuídos conceitos idênticos: *Excelente, Bom, Regular* ou *Insuficiente*.

O último implica na necessidade de o treinando realizar um estudo complementar para suprir a insuficiência.

Carga de Trabalho

O número máximo de créditos por unidade letiva, para cada estudante será de 12 (doze). No período de subunidades, o máximo será de 2 créditos.

Conteúdo das disciplinas do Curso de Pós-Graduação

Nomenclatura Denominação da disciplina e conteúdo

Ag. 1100.0 Estatística Aplicada à Economia

Inferência Estatística. Métodos não-paramétricos. Análise de Regressão e Correlação: linear simples, curvelínea, múltiplas, polinômios ortogonais e Cobb-Douglas. Amostragem.

Ag. 1101.0 Metodologia de Pesquisa

Métodos e Técnicas de Pesquisa no Campo da Economia Agrícola, Seleção, planejamento e condução de pesquisa. Avaliação crítica dos estudos de pesquisa.

Ag. 1102.0 Teoria Microeconômica

Conceitos fundamentais de Economia. Procura, Oferta e Formação de Preços. Teoria do Consumidor: teoria clássica da Utilidade; teoria das Curvas de Indiferença. Teoria da Firma: custos e receitas; equilíbrio da firma. Modelos de organização de mercado.

- Ag. 1103.0 Teoria Macroeconômica
Modelo simplificado do funcionamento do sistema econômico. Modelo de análise e previsão de renda real. Medidas de estimação. Equilíbrio, emprego, produtos e preços. Teoria da moeda e formação de capital. Modelos dinâmicos de crescimento.
- Ag. 1110.0 Economia a Produção
Conceitos fundamentais de Economia da Produção. Relações fator produto, fator/fator e produto/produto. Problemas de alocação ótima dos recursos em condições de conhecimento perfeito e análise das forças que afetam o padrão e uso dos recursos.
- Ag. 1120.0 Administração Rural
Conceitos básicos, Fatores que afetam os resultados econômicos. Teoria da Administração Rural. Análise e planejamento da Empresa Agrícola. A pesquisa em administração Rural.
- Ag. 1130.E Comercialização dos Produtos Agropecuários
Comercialização e Desenvolvimento Econômico. Estrutura do Mercado. Cooperativas Agrícolas. Comercialização dos Produtos Agropecuários. Industrialização e distribuição dos Produtos Agropecuários. Gerência da Comercialização. Comercialização Internacional. Pesquisa e Comercialização.
- Ag. 1140.E Análise de Preços de Produtos Agropecuários
Características dos preços agropecuários. Instrumentos de análise de preços. Séries cronológicas. Pesquisa empíricas. Ciclo preço/produção. Relação preço produto/preço insumo. Coleta de preço. Serviço de informações.
- Ag. 1150.E Política Econômica para a Agricultura
Política, ética e economia. Formulações de políticas econômicas para agricultura. Avaliação de políticas agrícolas: crédito, preços mínimos, reforma agrária, sistema de dois preços, subsídios, cotas de mercado etc.

Ag. 1160.E Sociologia Rural (Inovações Tecnológicas na Agricultura)

Conceitos básicos. Teoria clássicas da evolução social. Natureza e dimensão das mudanças. Difusão e adoção de inovações na agricultura. Modelo de adoção. Mudanças planejadas.

Ag. 1170.E Economia dos Recursos Naturais

Aplicação dos instrumentos da análise econômica na identificação, exploração e solução dos problemas de desenvolvimento dos recursos naturais, uso e conservação. Análise econômica dos problemas e de política do uso da água e solo, na região.

Disciplinas complementares

Ag. 1131.E Comércio Internacional

Histórico. Teoria de comércio internacional. Reações monetárias internacionais. Barreiras públicas e privadas. Relações econômicas internacionais e o desenvolvimento. A comercialização internacional.

Ag. 1152.E Desenvolvimento Econômico

Características das regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Teorias de desenvolvimento econômico. Problemas dos países em desenvolvimento. Desenvolvimento da Agricultura. A significação das experiências de desenvolvimento agrícola de alguns países em confronto com a região nordeste.

Os conteúdos das demais disciplinas complementares serão posteriormente estabelecidos.

Recrutamento e Seleção de Candidatos

O Curso de Pós-Graduação em Economia Rural é facultado a candidatos portadores de diploma de curso superior em Agronomia, Economia ou Veterinária, os quais deverão, preferencialmente, contar com o patrocínio de alguma instituição de educação, pesquisa, extensão, crédito, planejamento, de assessoramento ou política econômica. A admissão de outros profissionais de nível superior dependerá de decisão do Conselho de Curso.

Além do preenchimento das condições acima enumeradas e dos pre-requisitos estabelecidos quanto ao domínio da

língua inglesa e ao nível de conhecimentos em Matemática, Estatística e Economia, outros critérios de seleção poderão ser adotados a juízo do Conselho de Curso.

Corpo Docente para o Curso de Pós-Graduação em Economia Rural (Período 1971/32)

O corpo docente será constituído por professores e/ou técnicos portadores de grau de Doutor ou de “Magister Scientiae” no campo da Economia Rural ou de Ciências afins.

Para o período de 1971-72 integração o corpo docente professores da Universidade Federal do Ceará, técnicos do Banco do Nordeste e de outras instituições, além de professores da Universidade do Arizona ou contratados pela Fundação Ford, aquele e as duas últimas vinculados ao Programa por força de convênios.

Organização Administrativa

O Curso de Pós-Graduação em Economia Rural deverá funcionar na Escola de Agronomia, junto ao seu Departamento de Economia Agrícola, mantendo a necessária vinculação com os órgãos superiores de coordenação de pesquisa e pós-graduação da Universidade, nos termos do Estatuto em vigor.

A Diretoria, no exercício de suas atividades executivas de supervisionar, coordenar e fiscalizar as atividades da Escola (art. 43 do Estatuto), designará um coordenador do Curso, recaindo a escolha de preferência no chefe do Departamento.

Cabe à Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação da Escola assessorar o Diretor na adoção de medidas de natureza técnica, relacionadas com o curso.

Haverá um Conselho de Curso ao qual compete deliberar sobre:

- a) seleção dos candidatos inscritos;
- b) aprovação, para posterior encaminhamento e decisão final do Conselho Departamental dos programas de ensino, calendário escolar e cursos optativos a serem oferecidos;

- c) aprovação dos planos de estudo dos pós-graduandos ;
- d) aprovação de nomes para compor o Comitê de Tese ;
- e) assuntos omissos, no que sejam objeto de consulta por parte do Coordenador, devendo, se for o caso, a matéria subir a nível de decisão superior.

O Conselho de Curso terá a seguinte composição :

- a) coordenador do Curso, como presidente ;
- b) um professor eleito pelo Departamento de Economia Agrícola dentre os membros que o compõem ;
- c) um representante dos professores das disciplinas da área de domínio conexo, indicado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação ;
- d) um representante de cada entidade que, mediante convênio, venha a participar do Programa de Treinamento em Economia Rural ao nível de Pós-Graduação.

O Comitê de Tese será constituído dos seguintes membros :

- a) professor-orientador, como presidente ;
- b) dois professores do Departamento de Economia Agrícola ;
- c) um especialista no assunto da Tese, pertencente ou não ao corpo docente da Universidade.

Comentários e Debates

O presente trabalho foi comentado pelas seguintes pessoas : Dr. Humberto Richter, Dr. José Molina Filho e Dr. Fernando A. S. Rocha.

Participaram dos debates os Drs. Ruy Miller Paiva, Eli de Moraes Souza, Teotonio Dias Teixeira e Luiz de Goes.